



REVISTA HOMEM, ESPAÇO E TEMPO

Revista do Centro de Ciências Humanas - CCH
Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA

REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EM SANTANA DO ACARAÚ - CEARÁ

REFLECTIONS ON A PEDAGOGICAL TRAINING IN RACIAL LITERACY AT JOSÉ FIDELIS DE MOURA RURAL SCHOOL, IN SANTANA DO ACARAÚ – CEARÁ

REFLEXIONES SOBRE UNA FORMACIÓN PEDAGÓGICA EN ALFABETIZACIÓN RACIAL EN LA ESCUELA DEL CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EN SANTANA DO ACARAÚ – CEARÁ

Daniel Carneiro Mendes¹
Bruna Dayane Xavier De Araújo²

RESUMO

O artigo em questão analisa a experiência pedagógica de Letramento Racial Campesino desenvolvida na Escola de Ensino Médio Profissional do Campo José Fidelis de Moura, localizada no assentamento Bonfim Conceição, em Santana do Acaraú, no Ceará. A proposta busca promover uma educação voltada à valorização das relações étnico-raciais e à identidade negra nas comunidades do campo, historicamente marcadas por desigualdades e invisibilizações. A pesquisa-ação, realizada no âmbito de um mestrado, utilizou observações, entrevistas e questionários, ancorando-se no materialismo histórico-dialético para compreender as contradições de classe e raça no ambiente de ensino. A escola, fruto das lutas camponesas e vinculada ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), adota práticas que reforçam a cultura negra, como o uso de obras de autores afro-brasileiros, representações artísticas e debates permanentes sobre o racismo estrutural. O Letramento Racial Campesino, adaptado da teoria crítica da raça, foi sistematizado em sete tópicos formativos que abordam temas como branquitude, origem negra do campesinato e linguagem racista. As formações envolveram toda a comunidade escolar, contribuindo para o reconhecimento da ancestralidade afro-campesina e para a construção de uma consciência crítica sobre o racismo. O estudo conclui que o letramento racial é uma ferramenta fundamental para a transformação social e educacional, ao promover práticas antirracistas e libertadoras. A experiência da Escola José Fidelis evidencia que a educação do campo pode ser um espaço de resistência, reeducação e emancipação, fortalecendo o compromisso com uma sociedade mais justa, plural e equitativa, em que a diversidade é reconhecida como valor essencial.

¹Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). E-mail: danielmendes2090@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-6809-6125>

² Professora Adjunta dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado) em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), campus Sobral-CE. E-mail: bruna_dayane@uvanet.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3397-2194>

**REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA
DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EM SANTANA DO ACARAÚ - CEARÁ**

Palavras-chave: Campo. Relações étnico-raciais. Letramento.

ABSTRACT

The article analyzes the pedagogical experience of Peasant Racial Literacy developed at the José Fidelis de Moura Rural Professional High School, located in the Bonfim Conceição settlement in Santana do Acaraú, Ceará. The initiative seeks to promote an education that values ethnic-racial relations and Black identity within rural communities, historically marked by inequality and invisibility. The action research, conducted as part of a master's program, employed observations, interviews, and questionnaires, grounded in historical-dialectical materialism to understand class and racial contradictions within the educational environment. The school, born from peasant struggles and linked to the Landless Workers' Movement (MST), embraces practices that reinforce Black culture, such as the use of works by Afro-Brazilian authors, artistic representations, and ongoing discussions on structural racism. Peasant Racial Literacy, adapted from Critical Race Theory, was systematized into seven formative topics addressing themes such as whiteness, the Black origins of peasantry, and racist language. The training activities involved the entire school community, contributing to the recognition of Afro-peasant ancestry and the development of a critical awareness of racism. The study concludes that racial literacy is a fundamental tool for social and educational transformation, as it fosters antiracist and liberating practices. The experience of José Fidelis School demonstrates that rural education can serve as a space for resistance, reeducation, and emancipation, reinforcing the commitment to building a more just, plural, and equitable society, in which diversity is embraced as an essential value.

Keywords: Rural area. Ethnic-racial relations. Literacy.

RESUMEN

El artículo analiza la experiencia pedagógica del Alfabetismo Racial Campesino desarrollada en la Escuela de Educación Secundaria Profesional del Campo José Fidelis de Moura, ubicada en el asentamiento Bonfim Conceição, en Santana do Acaraú, Ceará. La propuesta busca promover una educación orientada a la valorización de las relaciones étnico-raciales y de la identidad negra en las comunidades rurales, históricamente marcadas por desigualdades e invisibilizaciones. La investigación-acción, realizada en el marco de una maestría, utilizó observaciones, entrevistas y cuestionarios, basándose en el materialismo histórico-dialéctico para comprender las contradicciones de clase y raza en el entorno educativo. La escuela, fruto de las luchas campesinas y vinculada al Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST), adopta prácticas que refuerzan la cultura negra, como el uso de obras de autores afrobrasileños, representaciones artísticas y debates permanentes sobre el racismo estructural. El Alfabetismo Racial Campesino, adaptado de la teoría crítica de la raza, fue sistematizado en siete temas formativos que abordan cuestiones como la blanquitud, el origen negro del campesinado y el lenguaje racista. Las formaciones involucraron a toda la comunidad escolar, contribuyendo al reconocimiento de la ancestralidad afro-campesina y a la construcción de una conciencia crítica sobre el racismo. El estudio concluye que el alfabetismo racial es una herramienta fundamental para la transformación social y educativa, al promover prácticas antirracistas y liberadoras. La experiencia de la Escuela José Fidelis demuestra que la educación del campo puede ser un espacio de resistencia, reeducación y emancipación, fortaleciendo el compromiso con una sociedad más justa, plural y equitativa, donde la diversidad sea reconocida como un valor esencial.

REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EM SANTANA DO ACARAÚ - CEARÁ

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 18, volume 2. - ISSN: 1982-3800



Palabras clave: Campo. Relaciones étnico-raciales. Letramiento.

INTRODUÇÃO

Este artigo analisa a proposta pedagógica de Letramento Racial Campesino realizada na Escola de Ensino Médio do Campo José Fidelis de Moura, situada no assentamento Bonfim Conceição, comunidade Fazendinha, no município de Santana do Acaraú, estado do Ceará, nordeste do Brasil².

O Letramento Racial Campesino consiste em aprofundar o processo de ensino-aprendizagem das questões vinculadas às relações étnico-raciais, com foco especial na realidade das populações que compõem o espaço agrário brasileiro, visto que estas populações são, em sua grande maioria, racializadas.

De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola de Ensino Médio do Campo José Fidelis de Moura, o Assentamento de Reforma Agrária Bonfim Conceição é fruto da luta coletiva dos camponeses e camponesas na década de 1980, que eram vítimas do abuso do patrão, com o auxílio da ala progressista da Igreja Católica e do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), depois de intensos embates, conquistaram o direito ao Assentamento. A terra para os camponeses, como afirma Rosa (2012, p. 2), "é uma extensão do seu corpo, assim algo de grande valia".

A escola em questão faz parte de um projeto de educação do campo que é instrumento e fruto de organicidade da classe trabalhadora camponesa, por professarem entendimentos pedagógicos que as diferenciam do modelo de ensino tradicional do campo. As escolas do campo promovem uma cultura que viabiliza o respeito e a resiliência para com a identidade do homem e da mulher do campo, que foram historicamente subalternizados pelo seu modo de ser e agir.

As escolas do campo representam a continuidade da luta pela terra-território e aos direitos básicos que lhes foram negados durante anos, como é o caso da educação. A instituição educacional José Fidelis possui características de avanços pedagógicos bem significativos, tais como: acervo bibliográfico com presença significativa de autores negros;

² Este texto é fruto da dissertação de mestrado intitulada "A educação das relações étnico-raciais na Escola de Ensino Médio Profissional do Campo José Fidelis de Moura, localizada no município de Santana do Acaraú, Ceará", de autoria de Daniel Carneiro Mendes, defendida no ano de 2025, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PROPGEO) da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Disponível em: <file:///C:/Users/danie/Downloads/Daniel%20final%20(1).pdf>

esculturas e pinturas com temáticas negras e produzidas por autores negros, nomes de núcleo de bases (NBs) em homenagem a lutadores e lutadoras do povo negro e a inserção da musicalidade afro no cotidiano escolar. Esse acervo de características antirracistas e que exaltam a cultura negra presente na José Fidelis, é um exemplo pouco visto no país, porquanto, grande parte das escolas, gerenciadas por brancos, acabam se preocupando com o debate, unicamente em datas comemorativas.

Nesse sentido, iremos apresentar uma prática pedagógica de letramento racial desenvolvida na escola citada, vinculada uma pesquisa-ação realizada durante o período de mestrado. O letramento racial se propõe, inicialmente, em desconstruir o pensamento social de formação do povo e do território brasileiro, apontando que nossa estrutura de projeto de nação foi pautada em uma perspectiva eurocêntrica e orientada pela lógica do privilégio branco e, também, em uma falsa ideia de democracia racial, o que leva a um acobertamento de um racismo estrutural e institucional neste país.

Esta prática pedagógica é essencial para combater as desigualdades históricas e sociais que marcam a vida das populações camponesas. Muitas vezes marginalizadas pelo sistema educacional formal, essas comunidades enfrentam dificuldades relacionadas ao acesso à educação de qualidade, como também lidam com um preconceito estrutural que nega a legitimação de suas culturas e saberes. O letramento racial, portanto, é uma ferramenta poderosa para promover a conscientização sobre as relações étnico-raciais, sobre as comunidades camponesas refletirem sobre si mesmas e suas origens e na identificação do racismo e os seus impactos na vida cotidiana.

Esperamos que este trabalho científico contribua para o desenvolvimento de práticas pedagógicas nas escolas, tanto do campo quanto da cidade, visando a construção de uma sociedade verdadeiramente livre de todas as formas de opressão racial. Que a experiência do Letramento Racial Camponês, realizada na Escola José Fidélis, possa servir de inspiração e encorajamento para outras instituições de ensino, incentivando-as a se unirem na luta pela igualdade racial e pela promoção de um ambiente educacional mais inclusivo, justo e antirracista.

METODOLOGIA

Com vistas a alcançar o objetivo proposto, a pesquisa buscou compreender como a temática está presente direta e indiretamente no currículo da escola, por meio de observações participativas, entrevistas pré-estruturadas e a realização de um questionário. No que compete à metodologia, a leitura da realidade concreta, partindo do materialismo histórico e dialético, foi utilizada, com aporte em um método qualitativo.

Para além disso, realizamos na escola José Fidelis, direcionado ao corpo escolar local, momentos formativos para as questões étnico-raciais com o objetivo de alcançar as reflexões propostas. Na ocasião, colocamos em funcionamento o método de pesquisa-ação, que consiste em um método acadêmico que visa a relação do pesquisador e os demais integrantes da pesquisa. Sobre isso, Kemmis e Mc Taggart escrevem:

Pesquisa-ação é uma forma de investigação baseada em uma autorreflexão coletiva empreendida pelos participantes de um grupo social de maneira a melhorar a racionalidade e a justiça de suas próprias práticas sociais e educacionais, como também o seu entendimento dessas práticas e de situações onde essas práticas acontecem. A abordagem é de uma pesquisa-ação apenas quando ela é colaborativa.” (Kemmis e Mc Taggart, 1988, apud Elia e Sampaio, 2001, p.248).

A realidade concreta parte do entendimento das contradições sociais, de classe e raça, existentes no ambiente escolar da José Fidelis de Moura, que foram questionadas, problematizadas e com realização de encaminhamentos de possíveis soluções, inclusive, entendendo a proposta do Letramento Racial como saída para a reeducação para as relações étnico-raciais. Compreende-se que “nada é eterno, nada é fixo e nada é absoluto. Tudo o que existe na vida humana está em perpétua transformação, tudo é perceptível, tudo está sujeito ao fluxo da história”. (LOWS, 1995, p.14)

O método é o processo que designa em qual formato a pesquisa será construída teórica e empiricamente, isto é, quais as teorias, os instrumentos físicos e ideológicos, o tempo e o local que serão utilizados. “O método é o percurso que nos leva à compreensão da realidade e que essa realidade sofre frequentes transformações”. (OLIVEIRA, 2018, p. 24)

A transformação contínua da sociedade, ao longo dos séculos, está associada a um processo de luta de classes permanente. Desse modo, o percurso até aqui da história é envolto

por lutas de classes. (MARX E ENGELS, 1848, p. 8). De um lado, está a elite capitalista, dona dos meios de produção, e do outro, estão os proletários, que sofrem com a alienação ao trabalho e a mais valia. A história, nessa perspectiva, funciona como meio legal de comparação entre o passado, presente e futuro. Além do recorte de classe, também propomos o recorte de raça, porquanto: “não existe ‘consciência de classe’, sem consciência do problema racial”. (ALMEIDA, 2019, p. 187)

Historicamente, o racismo foi e ainda é um fator de divisão não apenas entre as classes, mas também no interior das classes. Nos momentos de crise, em que há aumento do desemprego e rebaixamento dos salários, o racismo desempenha um papel diversionista bastante importante, pois os trabalhadores atingidos pelo desemprego iram direcionar sua fúria contra as minorias raciais e sexuais, que serão responsabilizadas pela decadência econômica e por aceitarem receber salários mais baixos, quando não pela degradação moral a que muitos identificaram como motivo de crise. (ALMEIDA, 2019, p. 187)

Esse processo formativo de re-educação racial, fez parte de atividades vinculadas a pesquisa de mestrado citada anteriormente, ocorreu em datas distintas, possuindo como público-alvo a comunidade escolar da José Fidelis de Moura. Durante o processo, realizamos um questionário com 10 alunos do 2º ano C, turno manhã, possuindo como diretor de turma o educador Valdir Amorim. Da mesma forma, realizamos entrevistas pré-estruturadas com a Diretora da Escola, Valderli Souza, o Presidente da Associação dos Moradores, Nacelio Santos e um educando da José Fidelis. As perguntas, tanto do questionário como das entrevistas, basearam-se na realidade local, sempre acompanhado com o recorte de raça.

Ressaltamos que a fala dos entrevistados foi redigida no formato próximo da oralidade, em respeito à forma genuína de se comunicar dos nossos interlocutores. E por compreendemos também dentro do que se é refletido pela escritora Lélia Gonzalez o “*pretuguês*” é apenas mais uma forma de se expressar em nossa sociedade, não deve ser vista como forma inferior de linguagem. Gonzalez (2020, p.138) nos lembra que “toda linguagem é epistêmica. Nossa linguagem deve contribuir para o entendimento de nossa realidade.”

A língua na sociedade, é um marcador de classe e de raça. Dessa forma, a variação linguística do campo, na maioria das vezes, é tida como atrasada e repleta de ignorância. Assim, é perpetuado uma imagem preconceituosa do homem e da mulher do campo.

De maneira geral, esta pesquisa reconhece a necessidade pedagógica de implementar um método que aborda efetivamente conhecimentos verdadeiros sobre uma população que, segundo o último censo, representa 56% da população total do país (IBGE, 2022). É inaceitável que ambientes escolares, responsáveis pela formação de mentes, ainda repliquem, em pleno século XXI, falas, gestos e comportamentos racistas.

LETRAMENTO RACIAL COMO FERRAMENTA DE ENSINO E APRENDIZAGEM PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS NA ESCOLA JOSÉ FIDELIS DE MOURA

Durante o processo de pesquisa em campo, tivemos a oportunidade não apenas de realizar questionários e entrevistas com a comunidade escolar, mas também de acompanhar o empenho do núcleo gestor e dos educadores em se aprofundarem nas questões étnico-raciais, tratando-as como prioridade pedagógica.

O núcleo gestor acolheu a formação e expuseram que era uma demanda histórica da instituição que necessitava avançar no debate em torno da questão racial, pois percebiam que havia uma carência no campo formativo. Nas vivências e observação da escola, notamos que uma parcela significativa dos educadores se mostrava parcialmente ausente sobre o assunto quando o tema era abordado durante os períodos de planejamento.

Essa é uma realidade presente em uma parte significativa das escolas no Brasil, porém a maioria não reconhece a necessidade de continuidade sobre o assunto nas formações de professores ou em sala de aula, pois afirmam, como descreve Almeida na citação abaixo, que o básico já é suficiente, além de demonstrarem aversão com a temática por acreditarem que o racismo já foi superado enquanto anomalia presente na sociedade.

É comum ainda hoje ouvir que o racismo não existe, mas que foi superado. Sabemos que essa afirmação não se sustenta. São cotidianos os casos de racismo: homens, mulheres e crianças negras abordadas por serem consideradas “suspeitas”; empresas, escolas, equipamentos culturais, restaurantes em que raramente se registra a presença de pessoas negras que não estejam ali como empregados, seguranças, prestadores de serviços. Em um país em que a maioria é “preta ou parda”, onde estão os médicos, escritores, engenheiros, advogados negros? (ALMEIDA, 2019, p. 52)

Aceitar que o Brasil é um país estruturalmente desigual, partindo de um contexto histórico aonde negros e brancos são lidos a partir de uma hierarquia racial, é o primeiro passo

que se dá para promover a construção de uma sociedade antirracista. A escola José Fidelis de Moura, desde o início da pesquisa, isto é, no início de 2023, até os dias atuais, possui um antes e um depois após a adesão ao método proposto para ser aplicado no processo de investigação. Este método é denominado como “Letramento Racial Campesino: sete maneiras de ser um sujeito antirracista”.

A formação para uma sociedade justa e eficaz no quesito racial, precisa ser perene e não exclusivamente em dias específicos, pois enquanto ainda há um processo de “romantização” da presença de negros e negras na sociedade, o número de homicídios contra esse público tende a crescer, somando-se a 76,5% do total de homicídios, totalizando 35.531 mil vítimas, relativo a 29,7% de mortes por cada 100 mil habitantes. (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2024, p. 52)

A nível de Brasil, é importante frisar que o atual momento na história das relações étnico-raciais é considerado o mais promissor, repleto de tecnologias e das mais altas patentes em estudos sobre o assunto, redigidos em livros, cartilhas, cadernos de formação, artigos, dissertações e teses. “É importante viver a diversidade em todas as instâncias da vida, entendendo que só convivendo com a pluralidade é que efetivamente cresceremos com ela.” (PINHEIRO, 2023, p. 125). O Brasil da diversidade é o país que almejamos e pelo qual lutamos para construí-lo. É desafiante conviver com o diferente, principalmente quando se foi constituído um imaginário histórico errôneo sobre tal sujeito. Todavia, ao mesmo tempo em que a historiografia pode apagar e macular a imagem de sujeitos negros e negras, ela também pode reformulá-las e reconstruí-las.

Reconstruir a imagem da negritude no Brasil é uma tarefa complexa e repleta de desafios, pois a luta começa, primordialmente, na base: a educação. Para que se estabeleça uma educação verdadeiramente antirracista, é fundamental reestruturar e monitorar de forma constante as escolas, os professores e seus gestores. Além disso, é crucial a criação de programas e a implementação de leis, incluindo aquelas com caráter orçamentário, que assegurem recursos adequados para essa transformação. Os governantes, em sua maioria brancos, precisam estar profundamente conscientes dessa necessidade e adotar uma postura radical no processo de fiscalização contínua e no compromisso com a equidade racial.

Para além disso, nos últimos anos, as escolas do campo, regidas pela lei de Diretrizes e Bases (LDB), de número 9.394/96, que são organizadas a partir da pedagogia da Educação do Campo, vêm construindo uma narrativa que objetiva tratar sobre questões específicas que normalmente não são abordadas no campo, para assim trabalharem temas pertinentes em nossa sociedade na contemporaneidade, tais como questões étnico-raciais, mulheres e população Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais, Travestis, Queer, Intersexual, Androgenia e Pansexual (LGBTQIAP+). No caso em questão, daremos notoriedade para as questões étnico-raciais, com foco no processo de Letramento Racial.

Para a efetivação da pesquisa, utilizamos também das vivências partindo do Fórum de Intelectuais de Negros e Negras de Sobral e região. Esse coletivo consiste na união de negros e negras do município de Sobral e cidades circunvizinhas, que almejam a construção de uma sociedade antirracista e livre de toda e qualquer forma de opressão. É um Movimento apartidário e que possui reuniões mensais, cujo objetivo é abordar as mais diferenciadas temáticas raciais, inclusive o processo de letramento racial, seja nas escolas ou nos territórios. Sua estrutura baseia-se na descentralização de poder, possuindo coordenações, seja ela a geral, de formação e a de multimídia.

No que diz respeito ao método de Letramento Racial, podemos afirmar que ele surgiu a partir de uma abordagem formativa que envolve a interação entre a linguagem formal e a coloquial, visando a desconstrução de estereótipos raciais e a promoção da igualdade. Enquanto militantes e membros ativos do Fórum de Negros e Negras, tínhamos como principal tarefa a coordenação de processos de formação, com o objetivo de capacitar tanto os integrantes do coletivo quanto outros sujeitos externos (como escolas, universidades, centros de reabilitação, empresas e outras instituições) para a compreensão e a promoção das relações étnico-raciais. Nosso trabalho visava não apenas o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre as desigualdades raciais, mas também a implementação de práticas pedagógicas que valorizassem a diversidade e a cultura afro-brasileira, desconstruindo as narrativas coloniais e racistas que historicamente marginalizaram as populações negras.

Normalmente, o público acolhido para as formações, faziam parte de uma realidade periférica, isto é, com falas, gestos e costumes específicos, vistos como marginalizados. Dessa

forma, não poderíamos trazer um debate exclusivamente com viés acadêmico, pelo contrário, teríamos que ser metodologicamente o mais popular possível, pois esse é o público que realmente queremos atingir, pois fazem parte da nossa realidade enquanto sujeitos políticos e de direito.

No campo, aplica-se a mesma lógica. Estamos falando de uma população que faz parte da classe trabalhadora, marginalizada e precarizada, sendo vista socialmente a partir de estereótipos criados com o intuito de promover a inferiorização social e racial.

Dessa forma, nasceu o “Letramento Racial Campesino: sete maneiras de ser um sujeito antirracista”. Esse método consiste em uma releitura do letramento racial clássico, que nasceu nos Estados Unidos (Critical Race Theory), onde os teóricos partem de uma leitura crítica do conceito de raça para se aprofundarem nas demais temáticas. (Santos; Amorim, 2021, p. 04-05). Lembrando que:

Não existe diferenças biológicas ou culturais que justifiquem um tratamento discriminatório entre seres humanos, o fato é que a noção de raça ainda é um fator político importante utilizado para naturalizar desigualdades e legitimar a segregação e o genocídio de grupos socialmente considerados minoritários. (ALMEIDA, 2019, p. 31)

Esse método de letramento adaptado ao campo, consiste em um momento formativo realizado em um determinado turno, semelhante a uma palestra, onde são abordados subtemas que trazem a realidade da população negra brasileira em sete tópicos. Os temas são escolhidos a partir de vivências e leituras dentro da lógica do Movimento Negro com aportes para a realidade do campo. O quadro a seguir, apresenta os tópicos que foram abordados nos momentos formativos.

Quadro 01: Letramento Racial Campesino: sete maneiras de ser um sujeito antirracista

TÓPICOS	LETRAMENTO RACIAL CAMPESSINO: SETE MANEIRAS DE SER UM SUJEITO ANTIRRACISTA
1ª	Invasão e não descobrimento
2ª	A origem do campesinato negro
3ª	A escola como ambiente racista
4º	Branquitude e seus dilemas
5º	O uso da linguagem atrelado a questão racial
6º	Conheça e leia mais sobre autores negros e negras
7º	O racismo é apreendido

Fonte: Autores, 2025.

Cada tópico descrito acima, é abordado utilizando meios que possam ser o mais didático possível, com a utilização de slides, livros, cartolinas e objetos alusivos ao tema em questão. Aqueles e aquelas que se fazem presente no momento formativo, são convidados, no decorrer da formação, a ficarem livres para indagar sobre questões que envolvem o tema, como dúvidas ou contribuições.

Para a construção dessa formação na escola, houve um cuidado com a ornamentação, que, por sua vez, é alusiva à negritude. A abordagem do tema recorre a palavras populares que remetem à realidade local, além de fazer referências exclusivamente a autores e autores negros e negras.

Ao falarmos sobre letramento ou letramentos, entendemos que ler e escrever vai além da noção de compreender uma língua e seu funcionamento. Assim, é correto pensar que, para formar leitores, é necessária a leitura de diversos gêneros literários, bem como escrever com constância e até mesmo ler um assunto sobre um olhar a partir de diferentes perspectivas. (GELEDÉS, 2017). Isso vale para a inscrita. Portanto, letrar-se, nessas condições, resulta em uma prática política. Paulo Freire, nessa perspectiva, nos alerta que nada é neutro, tudo é político (FREIRE, 1996, p. 10), porquanto:

Afinal, se não há neutralidade nas práticas de ensino, ao decidir o que ensinar e como atuar nesse processo, poderemos nos comprometer com a legitimação ou com a transformação dos nossos currículos, dos livros didáticos, do que constitui e como são organizados nossas escolas, bibliotecas, museus. Em síntese, é preciso implementar outras perspectivas, construir novas formas de olhar, de entender e de significar nossa história e nossas identidades. (GELEDÉS, 2017, p. 20)

Construir outra perspectiva é fundamental para o processo de ensino e aprendizagem transmitido pelo Letramento Racial. É um ato de desconstruir formas de agir e pensar que foram naturalizadas pela sociedade. Se não assumirmos que nossa sociedade é fundamentada em classes, norteadas ideologicamente pelo eurocentrismo e que é alicerçada pela lógica do privilégio branco, estaremos em sala de aula e em outros ambientes educacionais, transmitindo uma falsa ideia de igualdade e equidade, prolongando assim uma sociedade racista, (ABL, 2024)

O Letramento Racial nos leva a compreender e visualizar nossa verdadeira história enquanto população negra e afrodescendente, assim como entender o porquê de nossos corpos

estarem apontados como alvos constantes de ataques de marginalização e esquecimento histórico.

Há sérios problemas no olhar de uma sociedade que identifica, classifica e discrimina as pessoas a partir de determinados códigos e práticas pautadas pelo racismo. Quantas pessoas negras famosas na arte ou ciências você conhece? Por que será que pouco se sabe a respeito da história e da atuação de homens e mulheres negros na construção do nosso país? Há por trás desses silêncios um pressuposto de que a cor da pele determina funções e lugares a serem ocupados. (GELEDÉS, 2017, p.25)

Normalmente, essa temática é voltada ao público citadino, acontecendo de forma não recorrente no campo. Dessa forma, ao utilizar o Letramento Racial como prática pedagógica na José Fidelis, percebemos a necessidade de adequar algumas informações com à realidade camponesa.

A priori, precisamos entender que a origem do campo, no Brasil, é negra e indígena. Voltando ao passando, em 1500, os diversos agrupamentos indígenas, que aqui estavam, viviam organizados em tribos, na filosofia do bem comum, se sustentando por meio da caça e da pesca.

O trabalho era feito para suprir as necessidades imediatas do grupo, não havendo preocupação com acúmulo, assim como não existia apropriação privada da terra, sendo está um bem comum, ou seja, pertencente a todos. Assim sendo, não tinham noção de governança no modelo de Estado moderno que estava se instalando na Europa.

Negros e negras, foram clandestinamente trazidos para o Brasil no início do século XVI, sendo o país o que mais importou pessoas escravizadas da África, contabilizando cerca de 7 milhões de homens, mulheres e crianças, o equivalente a mais de um terço de todo o comércio dos países do continente americano. (IBGE, 2000)

Ao ser escravizada, essa população, oriunda dos mais diferenciados territórios da África, iniciou sua longa jornada de resistência e resiliência em terras estrangeiras, por meio das “armas” que estavam à sua disposição, como o domínio da língua local e a organização de rebeliões que resultam na construção de quilombos.

Os quilombos eram comunidades formadas por africanos escravizados e seus descendentes. Essas comunidades eram formadas por escravos que fugiam da escravidão, sendo um local onde viviam em liberdade e resistiam à escravidão. Nos quilombos não viviam apenas africanos escravizados, mas também índios e brancos

livres. O primeiro quilombo de que temos conhecimento é da segunda metade do século XVI, na Bahia, mas o maior quilombo da história brasileira foi o Quilombo dos Palmares, no estado de Alagoas. Nesses locais, os quilombolas produziam tudo o que necessitavam para a sua sobrevivência e realizavam comércio com moradores vizinhos. (MUNDO EDUCAÇÃO, 2020, p.2)

Costumes, cultura e linguajar, são apenas alguns dos exemplos dos povos do campo que remetem a sua ancestralidade negra, conforme mostra o questionário realizado com os educandos das escolas José Fidelis, do qual 100% dos que responderam ao questionário, se autodeclararam pardos. A diretora e os educadores também se reconhecem também como tal. Isso só confirma a origem dessa população. Abaixo, segue um trecho da entrevista realizada com a Diretora, ao ser indagada em relação a sua cor.

Olha, hoje eu me entendo como mulher negra, mas como você sabe tudo isso é um processo. E olha, o Movimento na luta me ajudou muito a me entender como negra. A gente passa por uns momentos difíceis por ter essa cor, mas a luta ajuda sempre a gente, né. (Valderli Souza, 22/04/2024)³

Os assentamentos organizados pelo MST, são reflexos dos quilombos da época imperial. Esses assentamentos são locais de organização, formação e luta, territórios repletos de sujeitos que almejam construir uma sociedade baseada na igualdade e respeito mútuo.

Ao tratar sobre essa temática com o público da José Fidelis, percebemos o quanto é necessário trazer para o centro do debate a questão das nossas origens. Muitos ficaram curiosos para investigar mais a fundo sobre o assunto, mostrando que a maioria não sabia a respeito da sua própria ancestralidade. A imagem a seguir, de número 01, expõe um dos momentos de formação do Letramento Racial Campesino, realizado na Escola do Campo José Fidelis.

³ Fala da atual Diretora da Escola de Ensino Médio Profissional do Campo José Fidelis de Moura, Valderli Souza. Entrevista realizada em 22 de abril de 2024.

Figura 01: Letramento Racial Campesino na Escola do Campo José Fidelis de Moura



Fonte: Mendes, 2024.

As formações sobre Letramento Racial na escola, eram voltadas para todos os sujeitos que faziam parte da escola, conforme podemos analisar na figura acima, que retrata a diversidade do público local, pois entendemos que todo o corpo escolar necessita de formação para se torna cidadãos antirracista.

A prática do Letramento Racial, também se fez presente na reformulação do Projeto Político e Pedagógico (PPP) da escola. Na ocasião, o coletivo demonstrou interesse após um processo formativo, em trazer de forma mais específica o assunto sobre as questões étnico-raciais para o ambiente escolar. Na fala dos educadores, fica nítida a percepção histórica e social ao entenderem que o campo possui origem negra e que é mais que plausível reeducar seus educandos para essa realidade.

No total, foram realizadas três formações com o objetivo de promover o Letramento Racial na Escola José Fidelis. Duas dessas formações ocorreram em sala de aula: uma de forma presencial e a outra no formato online. A terceira formação aconteceu no coletivo de educadores, de forma presencial. Essas atividades formativas ocorreram em diferentes ambientes e envolveram sujeitos diversos, com o objetivo de alcançar a pluralidade de

REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EM SANTANA DO ACARAÚ - CEARÁ

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 18, volume 2. - ISSN: 1982-3800



experiências presentes na comunidade escolar. O principal objetivo desses encontros foi reeducar um público campesino que, assim como nas áreas urbanas, possuía percepções equivocadas e inverdades sobre a população negra, ideias essas que foram transmitidas ao longo do tempo e acabaram sendo aceitas como verdades absolutas.

A figura a seguir retrata a conclusão de um desses momentos formativos sobre Letramento Racial. Na foto, podemos observar educadores, juntamente com o núcleo gestor local, entregando um brinde ao mediador do dia, como forma de reconhecimento pelos trabalhos realizados e pela contribuição ao desenvolvimento da educação antirracista na escola. Esse gesto simboliza a importância de reconhecer e valorizar os esforços dos envolvidos na construção de uma educação mais inclusiva e consciente das questões étnico-raciais.

Figura 02: finalização de um dos momentos voltados para o Letramento Racial



Fonte: Mendes, 2024.

O primeiro encontro foi realizado no mês de novembro do ano de 2023, pelo turno da manhã. No momento, educandos da 1ª série A e B, educadores, gestão escolar e alguns outros

REFLEXÕES SOBRE UMA FORMAÇÃO PEDAGÓGICA EM LETRAMENTO RACIAL NA ESCOLA DO CAMPO JOSÉ FIDELIS DE MOURA, EM SANTANA DO ACARAÚ - CEARÁ

Revista Homem, Espaço e Tempo, nº 18, volume 2. - ISSN: 1982-3800



funcionários se fizeram presentes. Nesta ocasião, tivemos uma manhã formativa voltada para a relação do camponês com as questões étnico-raciais. Trazendo ao centro da discussão, assuntos que remetiam de como o campo é forjado a partir dos seus ancestrais, negros e negras, e como isso atualmente se faz presente no cotidiano do campesinato, por meio da agricultura, cultura e religiosidade. Da mesma forma, buscamos reeducar aqueles e aquelas que estavam ali presentes, em relação à importância de entendermos as contradições que envolvem a população negra do país, partindo de um contexto histórico e social.

Esse momento foi de bastante importância para que os participantes pudessem se reconhecer enquanto população afrodescendente e entender a sua importância como um dos pilares mais significativos da identidade e história do Brasil. Os povos africanos e os afrodescendentes foram fundamentais para a formação social, econômica, política e cultural do país, deixando uma herança de resistência que precisa ser resgatada. A valorização dessa história é essencial para a construção de um Brasil mais justo, igualitário e afrorreferenciado⁴.

O depoimento a seguir demonstra a importância que teve esse momento:

Rapaz, é muito bom ter o Movimento Negro na escola através de formações e vivências. Depois que o Movimento começou a palestrar aqui, tivemos muitos ganhos para os alunos. Muitos mudaram de pensamento, viu. Isso faz com que eles parem que dizer nomes que são preconceituosos, que fiquem pensando que são menores por serem negros. Esses movimentos sociais estão aí para nos ajudar a construir uma realidade melhor, né! Em um mundo muito injusto e cruel pro negro. Eu gosto desse movimento. Essa formação que teve na escola foi muito importante pra todos. (Nacelio Santos, 22/04/2024)⁵

Da mesma forma, o educando a seguir, reitera a transformação do seu modo de perceber as questões étnico-raciais, após participar do momento formativo:

Eu gostei muito da formação daquele dia de Letramento Racial, porque tinha coisas que eu não sabia o que era e que agora eu sei. Eu aprendo muitos com os movimentos sociais porque eles lutam em defesa de nós, né? Tipo assim, eu gostei muito quando foi falado sobre os nomes que temos que parar de usar por ser preconceituoso, eu usava até alguns, mas é aquela coisa, quando a gente não sabe ainda vale, mas quando a gente sabe e não faz não pode. Tomara que a escola traga mais formações como aquela. (19/05/24)⁶

⁴ Demarcada por nossa origem, nossa ancestralidade, nossos caminhos, experiências e vivências. Alimentamos, aqui, um diálogo formativo desde as culturas, os modos de ser e estar no mundo, as filosofias e saberes africanos e afrodescendentes. Mais informações disponíveis em: <https://periodicos.ufsm.br/voluntas/article/view>

⁵ Nacelio Santos é presidente da Associação dos Assentados de Bonfim Conceição. Entrevista realizada no dia 22 de abril de 2024, na escola do campo José Fidelis de Moura.

⁶ Entrevista realizada no dia 19/05/24, nas dependências da Escola do Campo José Fidelis.

O segundo momento se deu em junho de 2024, em uma formação do coletivo de educadores e educadoras da José Fidelis. A ação partiu de um convite proposto pela direção da escola ao Laboratório de Agrárias e Estudos Territoriais. O diálogo daquele momento tinha como objetivo, partindo da Professora Aldiva, que foi a facilitadora do espaço, de apresentar métodos e reflexões a cerca de um dos Componentes Curriculares Integradores da Educação do Campo, a disciplina de Projeto, Estudo e Pesquisa (PEP). Assim, em um determinado momento, após a fala da palestrante, foi exposto a necessidade da relação Universidade e escola para a construção de projetos e oficinas voltados para a permanente discussão das relações étnico-raciais no contexto camponês, apresentando de forma mais ampla o segundo ponto presente no quadro de número 01 desse trabalho, intitulado de “a origem do campesinato negro”.

E por fim, o terceiro encontro, que aconteceu no mês de outubro de 2024, por meio do auxílio do professor Valdir Amorim, diretor de turma do 2º ano C. Em relação às temáticas que eram discutidas, uma se destacava pela profundidade em se conhecer a mais no coletivo, isto é, a política do cabelo, que era um dos assuntos que mais movimentava as discussões nas formações.

O cabelo, para negros e negras, sempre foi um símbolo de beleza e ancestralidade. Antes da escravidão, a forma, o corte e os adereços, podiam informar as origens, a etnia, as religiões e até mesmo o status social daquele sujeito. A partir do momento que houve o tráfico negreiro, essa relação com o cabelo foi rompida.

Nas Colônias, negros e negras, quando eram vendidos na condição de escravos, tinham suas cabeças raspadas forçadamente como sinal de humilhação e abnegação dos seus costumes. Soares descreve o quão humilhante era esse processo para negros e negras. Uma ação com vistas a humilhação.

Buscavam minar qualquer tipo de pertencimento étnico e identificação que eles pudessem ter uns com os outros a partir do cabelo. Há relatos que a raspagem do cabelo era parte importante desse processo de subjugar a população negra, principalmente homens, o que acarreta sérios problemas, porque o cabelo protege o couro cabeludo num trabalho sob sol escaldante. As sinhás, com ciúmes de mulheres violentadas pelos homens brancos, também usavam a raspagem como prática de tortura. (SOARES, 2018, p. 40)

No Brasil, no século passado, o movimento negro buscou romper com essa lógica racista que visualizava o cabelo crespo como sinal de feiura, sujo e animalesco. Hoje em dia, o movimento da política do cabelo só cresce, objetivando o empoderamento de negros e negras a partir dos seus traços negroides, de modo que a política do cabelo vem sendo um tema cada vez mais discutido.

Nos debates da José Fidelis, os educandos sempre mostravam interesse sobre o assunto. Ao perguntar o motivo, muitos afirmavam casos de racismo que sofriam pelo fato de possuírem um cabelo crespo, e que isso lhes causava bastante dor. No questionário, 80% dos educandos manifestaram ter sofrido racismo em algum momento da sua vida, e o cabelo, em algumas ocasiões, era a principal característica dos ataques. Como resultado de uma formação contínua para as questões étnico-raciais, alguns dos estudantes viram-se motivados e encorajados para assumirem seus cabelos de forma natural.

Letrar-se racialmente é um processo contínuo e que requer maturidade para desconstruir certos pensamentos e práticas que foram propagadas no intuito de diminuir, humilhar ou apagar a verdadeira história da população negra.

Nas formações, sempre ressaltamos a importância da exclusão de algumas palavras que precisam com urgência sair do nosso vocabulário, tais como, criado mudo, denegrir, a coisa tá preta, barriga suja, chuta que é macumba, crioulo, cor do pecado, entre outras expressões. Por outro lado, também mencionamos que algumas dessas palavras foram reformuladas dentro de frases, com o objetivo de promover o empoderamento. Um exemplo disso é a expressão "a coisa da preta", que passou a ser utilizada da seguinte forma: "se a coisa tá preta, a coisa tá boa."

Entende-se que o processo formativo de Letramento Racial, realizado na José Fidelis de Moura, foi e é de grande valia para a construção de uma escola que tenha como um dos valores centrais o antirracismo, proporcionando aos seus educandos e demais membros do corpo escolar, um ambiente que trabalhe a diversidade de forma ampla e justa, mostrando o valor do campesinato em suas origens, a negritude.

O campo, por meio das escolas do campo, precisa estar atento as movimentações que buscam a emancipação dos corpos de negros e negras enquanto sujeitos de direito. Para isso, o

método de Letramento Racial Campesino precisa estar cada vez mais presente nas escolas, principalmente por meio dos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa abordou a experiência de formação de Letramento Racial Campesino desenvolvido na Escola José Fidelis, evidenciando sua importância para a uma re-educação de educandos, educadores e da comunidade escolar como um todo. A proposta se mostrou eficaz ao possibilitar a desconstrução de visões racistas e estigmatizantes sobre a população negra, promovendo, assim, uma contribuição para uma reflexão da necessidade de uma reparação histórica, essencial para corrigir erros do passado e buscar a equidade racial no Brasil.

A experiência revelou que a colaboração entre o poder público, os movimentos sociais e a própria comunidade escolar são fundamentais para o sucesso desse processo. Em particular, a sensibilidade do núcleo gestor da escola, ao fomentar a materialização da formação de Letramento Racial

O estudo mostrou que, em sua maioria, os educandos se reconheceram como negros e negras, e muitos relataram ter vivenciado situações de discriminação dentro do ambiente escolar e fora dele. Esse dado evidencia a importância de se repensar as práticas pedagógicas, que frequentemente reproduzem um ensino com fortes traços de racismo estrutural. A mudança de mentalidade e comportamento, como resultado do Letramento Racial, demonstra que a reeducação é possível, desde que se adote uma abordagem crítica e transformadora.

Por fim, este trabalho serviu como um modelo para outras instituições de ensino que adotam a educação do campo como referência, ressaltando a necessidade de expandir o Letramento Racial Campesino em todo o Brasil. No entanto, desafios como a escassez de materiais didáticos adequados e a resistência institucional de reconhecer a pertinência da temática são barreiras que dificultam o avanço desta prática pedagógica. Superá-los exigirá esforço contínuo e comprometimento de toda e todos os envolvidos na luta por uma educação antirracista.

REFERÊNCIAS

- ABL, Academia Brasileira de Letras. **Letramento Racial**. 2024. Disponível em: < letramento racial | Academia Brasileira de Letras> Acesso realizado em 07 de julho de 2025.
- ALMEIDA, Sílvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo, Pólen, 2019.
- Atlas da violência 2024**. Coordenadores: Daniel Cerqueira; Samira Bueno – Brasília: IPEA; FBSP, 2024.
- CEARÁ, Governo do Estado. **Todo dia é dia de índio: quais são os povos indígenas do Ceará**. 2019. Disponível em: < <https://www.ceara.gov.br/2019/04/16/todo-dia-e-dia-de-indio-quais-sao-os-povos-indigenas-do-ceara/>> Acesso realizado em 26 de setembro de 2024.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à práticas educativas**. 15. ed. São Paulo: paz e terra 2000.
- GONZALEZ, Lélia. 2020. **Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaios, Intervenções e Diálogos**. Rio Janeiro: Zahar. 375 pp.
- IBGE. **População Negra no Brasil**. 2022. Disponível em: < <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>> Acesso realizado em 07 de julho de 2025.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro, 2000.
- Kemmis, S. & McTaggart, R. (1988). *The Action Research Planner*. Deakin University Press, Geelong. 3ª edição, 1998.
- LOWY, Michael. **Ideologia e ciência social: elementos para uma análise marxista**. São Paulo: Cortez, 1985.
- PORTAL GELEDÉS. **Letramento Racial: um desafio para todos nós**. 2017. Disponível em: < <https://www.geledes.org.br/letramento-racial-um-desafio-para-todos-nos-por-neide-de-almeida/>> Acesso realizado em: 24 de outubro de 2024.
- MARX, Karl, FRIEDRICH Engels 1818-1883. **Manifesto do Partido Comunista** / , – 3.ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2008. 68p.

MUNDO EDUCAÇÃO. **Quilombos**. 2020. Disponível em:<
<https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/quilombos.htm>> Acesso realizado em 11
de julho de 2025.

OLIVEIRA, Adeliane Vieira de. **A territorialização das escolas de ensino médio do campo: o caso da EEM. Francisco Araújo Barros no Assentamento Lagoa do Mineiro em Itarema – Ceará**. Sobral, 2018. 202 p. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) – Universidade Estadual Vale do Acaraú/Centro de Ciências Humanas.

PINHEIRO, Bárbara Carina Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

ROSA, José Wagner da. **O campesinato como modo de vida**. v.1, nº2 jan-jun,2012. p.98 - 107.

SANTOS, Maxwell Souza dos; AMORIM, Marcel Álvaro. **O Letramento racial crítico em vestibulares: o caso da UNICAMP sob a ótica dialógica**. In: CONEDU, VII, 2021, Maceió.

SOARES, M. H. **Letramento e Multiletramentos**. São Paulo: Cortez. 2018.